



PROJETO
DOM HELDER
CÂMARA

INFORME EXECUTIVO



PROJETO
MONITORA

BRASÍLIA - DF
AGOSTO DE 2022



Informe executivo

Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC II)

Realização:

Coordenação Geral de Inclusão Produtiva
Departamento de Estruturação Produtiva
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Organização:

Termo de Execução Descentralizada nº 07/2017
Centro de Gestão e Inovação para a agricultura
Familiar (CEGAFI)
www.cegafi.com

Autores:

Mario Lucio de Ávila
Giuliana Cadorin

Comunicação visual:

Agência Cajú

Financiamento:

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
(FIDA)

FICHA CATALOGRÁFICA

A958i Ávila, Mario Lucio.

Informe executivo / Mario Lucio de Ávila e Giuliana
Cadorin. – Brasília: edição própria, 2022.

40 p. : il. color.

Inclui Códigos QR, figuras, fotos, gráficos e quadros.

1. Agricultura familiar. 2. Assistência técnica rural.
3. Extensão rural. 4. Agricultura sustentável. 5. Pequenos
produtores. 6. Desenvolvimento local. I. Título.

CDU 631.115.11

Sara Alencar Magalhães – Bibliotecária – CRB 3367

AGOSTO DE 2022

LISTA DE ABREVIACÕES

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CEGAFI - Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FPR - Fomento às Atividades Produtivas Rurais

IAPA - Índice de Acesso às Políticas Agrárias

IAPP - Índice de Acesso às Políticas Públicas

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ML - Marco Lógico

ONU - Organização das Nações Unidas

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PAB - Programa Alimenta Brasil

PDHC - Projeto Dom Helder Câmara

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROCASUR - Organização Global Especializada na Gestão do Conhecimento para a Inovação Rural

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SGA - Sistema de Gestão de ATER

TA - Territórios de Aprendizagem

UnB - Universidade de Brasília

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	6
SEÇÃO 1 - O PROJETO DOM HELDER CÂMARA	8
Componente 1 - Diálogo, integração de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	14
Componente 2 - Desenvolvimento de capacidades organizacionais	15
Componente 3 - Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso aos mercados	16
SEÇÃO 2 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO	18
Aumento da diversificação produtiva e segurança alimentar e nutricional (SAN)	18
Aumento no empoderamento das mulheres	20
Territórios de Aprendizagem e empoderamento dos jovens	22
Acesso a políticas públicas e aos mercados	22
Aumento na renda	23
Resultados do Fomento Produtivo Rural	24
SEÇÃO 3 - GESTÃO DO CONHECIMENTO - EXPERIÊNCIAS RELEVANTES	27
Empoderamento de mulheres agricultoras	28
Segurança Alimentar e Diversificação Produtiva	29
Fomento Produtivo Rural	30
A experiência de jovens nos Territórios de Aprendizagem	31
SEÇÃO 4 - APRENDIZADOS E ENSINAMENTOS	15
A combinação ATER e Fomento produtivo	26
Crise econômica e Pandemia da covid-19	26
Governança, coordenação e gestão do PDHC II	26
A função da ANATER	27
Estratégia de Focalização	29
Externalidades	29



Foto: Silvia Nonata da Silva

INTRODUÇÃO

A fome e a miséria são condições que historicamente atingem o Semiárido Brasileiro. Embora as causas sejam difusas, a ausência histórica do Estado ou sua presença com políticas públicas insuficientes para alcançar as populações em maior vulnerabilidade social e para promover adaptação e mudanças ao contexto da seca é, sem dúvida, uma das condições que mais prejudica o desenvolvimento rural e perpetua as desigualdades na região.

A noção de um modelo de convivência com o Semiárido tem sido defendida como um paradigma emergente (CHACON, 2007), mostrando que é possível contornar os desafios impostos pelo clima e extrair o melhor dessas condições para a promoção de sistemas alimentares mais inclusivos, saudáveis e sustentáveis.

Apesar dos efeitos de uma das maiores secas registradas em sua história recente¹, o Semiárido continua tendo na agricultura familiar a principal forma de produção e trabalho no campo. Vivem hoje na região 37% dos agricultores familiares de todo o Brasil (IBGE, 2017) e uma parcela majoritária deles nunca havia recebido assistência técnica ou acessado políticas de crédito ou fomento produtivo.

O presente informe tem o objetivo de organizar e apresentar, de forma sucinta, os produtos e resultados alcançados pelo Projeto Dom Helder Câmara em sua segunda fase (2014-2022), monitorados e avaliados pela equipe do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), vinculado à Universidade de Brasília, bem como oferecer alguns aprendizados para futuras iniciativas com características semelhantes.

¹ A chamada "Grande Seca" assolou o Nordeste durante cinco anos ininterruptos, de 2012 a 2017, atingindo em maior ou menor grau todos os estados da região.

Trata-se de um estudo que, diante das limitações impostas em tempos de crise econômica e pandemia de covid-19, admite um olhar crítico, mas ao mesmo tempo esperançoso e consciente, do papel fundamental que o Estado brasileiro tem na promoção de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e da fome, objetivo principal do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC II).

A primeira seção apresenta os marcos do PDHC II, as dimensões trabalhadas e as premissas que guiaram a criação do Projeto. A segunda seção destaca os números mais relevantes apontados pela Avaliação de Impacto conduzida pelo CEGAFI, por meio do Projeto Monitora, enquanto a terceira seção traz um apanhado das experiências e dimensões organizadas pela Gestão do Conhecimento. Por fim, a última seção traz lições e aprendizagens que o PDHC II deixa para a gestão pública e como legado para a Política de ATER.

Em cada uma dessas seções, é possível ser guiado para experiências, vídeos, estudos e relatórios gerados, bastando clicar no botão correspondente.



Foto: *Silvia Noneta da Silva*

SEÇÃO 1

O PROJETO DOM HELDER CÂMARA

No Brasil, atualmente, 3.897.408 dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares. Desse total, 1.446.842 estão no Semiárido brasileiro, 80% dos quais **NÃO** recebiam qualquer tipo de assistência técnica (IBGE, 2017), seja do governo ou de iniciativas privadas.

Tabela 1 | Agricultores (familiares ou não) e assistência técnica no Brasil e Semiárido

	TOTAL DE AGRICULTORES			AGRICULTURA FAMILIAR		
	TOTAL	RECEBE	NÃO RECEBE	TOTAL	RECEBE	NÃO RECEBE
Brasil	5.073.324	1.025.443 (20%)	4.047.881 (80%)	3.897.408	708.318 (18%)	3.189.090 (82%)
Semiárido	1.835.535	164.473 (9%)	1.671.062 (91%)	1.446.842	119.083 (8%)	1.327.759 (92%)

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

Diante desse diagnóstico, e associado ao fato de que a fome² e a pobreza rural estão majoritariamente localizadas nessas famílias, o Projeto Dom Helder Câmara conjuga esforços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com a oferta de recursos não reembolsáveis, por meio do programa Fomento Produtivo Rural (FPR), às famílias mais vulneráveis no Semiárido brasileiro. O objetivo é a segurança alimentar e o combate à pobreza por meio da diversificação produtiva, da inovação tecnológica, do aumento da renda, do maior acesso aos mercados e do concomitante acesso às políticas públicas, como o crédito, a assistência técnica, as políticas de compras públicas e os benefícios sociais e previdenciários.

² Os dados nacionais mais recentes sobre a insegurança alimentar são alarmantes. Existem na atualidade mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, e a restrição quantitativa dos alimentos ocorre para 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios brasileiros (Rede PENSSAN, 2022). O II Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede PENSSAN, constata que a desigualdade de acesso aos alimentos é maior nos domicílios rurais, sendo a insegurança alimentar grave (IA grave) de 18,6% acima da média nacional - que é de 15,5%. Essa desigualdade manifesta-se, também, em termos geográficos, aparecendo com maior força nas regiões Norte e Nordeste (25,7% e 21% de IA grave, respectivamente). A agricultura familiar é fortemente atingida: a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores(as) familiares/ produtores(as) rurais no país (Ibid.). As informações sobre a pobreza no Brasil são, igualmente, alarmantes. Num lapso de um ano (entre 2020 e 2021), 11 milhões de pessoas caíram na pobreza e 6,3 milhões dessas ficaram na pobreza extrema, deparando, a cada dia, com a falta de comida (IMDS, 2022). Como acontece com os dados da insegurança alimentar, a incidência da pobreza nas áreas rurais é maior que a incidência nas áreas urbanas (36,6% contra 20,1%, respectivamente). Esses dados dramáticos sobre o número de pobres no Brasil concentram-se nas regiões Norte e Nordeste (36,4% e 39,7%, respectivamente) (Ibid.).

O PDHC II é a maior ação de assistência técnica e extensão rural realizada pelo governo brasileiro em todos os tempos. As ações da assessoria técnica do PDHC II alcançaram um público de 54.048 famílias (diante de uma meta de 60 mil) e, em 56% delas, as mulheres eram responsáveis por alguma atividade produtiva. Foram envolvidos direta e indiretamente 1.675 técnicos, que alcançaram diretamente um total de mais de **225 MIL PESSOAS**

A principal linha de atuação do PDHC II é a disponibilização de serviços de assistência técnica por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural³ (ANATER), que contratou 27 organizações de ATER, 10 públicas e 17 privadas, mediante a execução de contratos de prestação de serviços ou instrumentos de parcerias, nos 10 estados do Semiárido brasileiro e no Espírito Santo. No mapa a seguir, estão as quantidades de famílias assistidas pelo PDHC II em sua área de cobertura. Na tabela à esquerda do mapa, é possível visualizar a distribuição de organizações públicas e privadas nos estados abrangidos pelo Projeto.

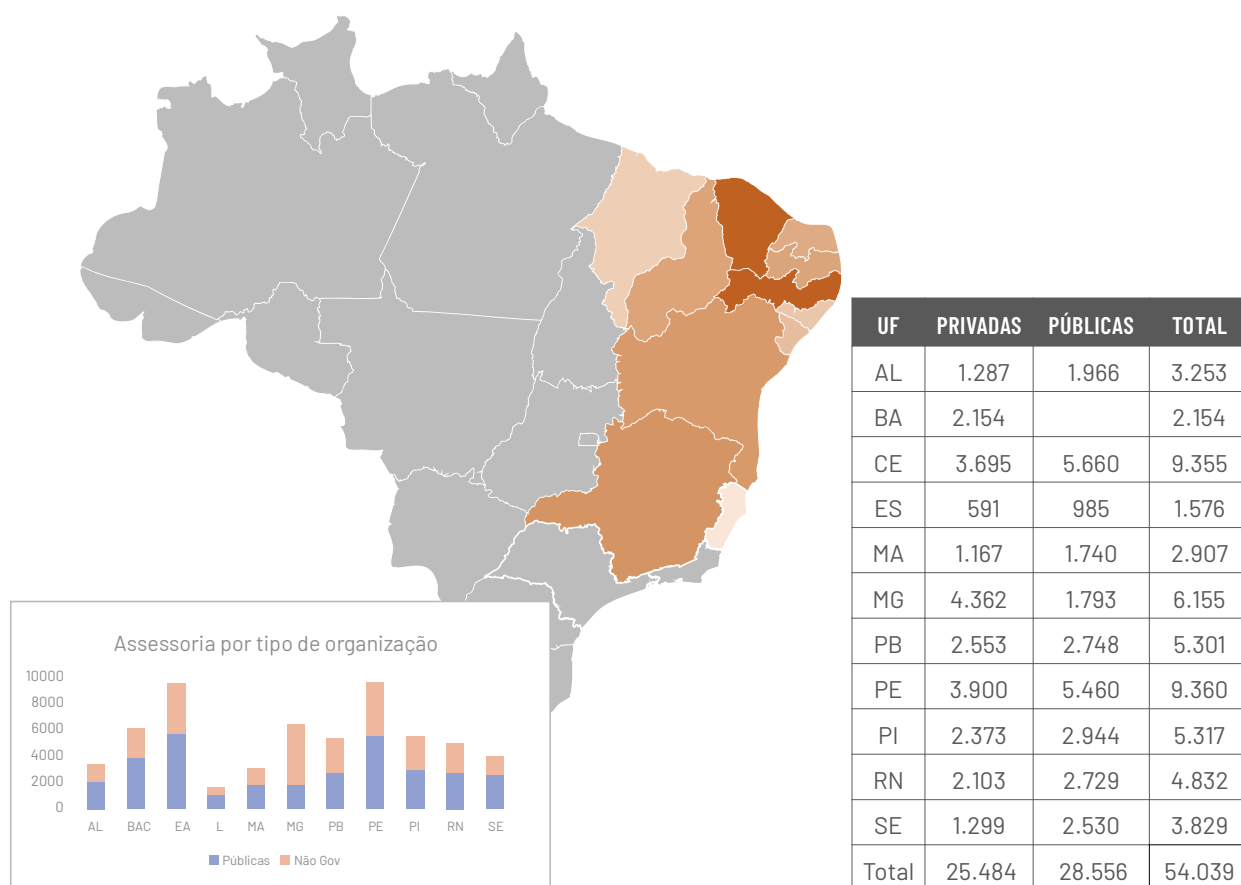


Figura 1 | Mapa das Unidades Familiares de Produção (UFPAs) atendidas por UF

³ No que se refere à prestação de serviços de ATER, eles foram executados por meio de um contrato de gestão celebrado entre a SEAD (hoje incorporada ao MAPA) e a ANATER, responsável por gerir a contratação dos serviços por meio de Instrumentos Específicos de Contratação com Empresas Públicas de Assistência Técnica, após apresentação e aprovação de Plano de Trabalho e/ou mediante a celebração de contratos, após lançamento dos Editais de Chamada Pública.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E EXECUÇÃO

O Projeto Dom Hélder Câmara é uma ação cuja entidade executora principal é a Coordenação de Apoio à Estruturação da Produção Familiar, vinculada ao Departamento de Estruturação Produtiva, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), que compõe, atualmente, a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Projeto iniciou em 2001 e, em sua fase I, compreendeu oito territórios de seis estados do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) (BRASIL, 2019). Já em sua fase atual (fase II), o Projeto atua em 11 estados, 913⁴ municípios e aproximadamente 54 mil unidades familiares.

SEGUNDA FASE DO PDHC (2014-2023)

 ATENDIMENTO A 913 MUNICÍPIOS | 11 ESTADOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO



*Foram 26 organizações de ATER, 9 públicas e 17 privadas, mediante a execução de 45 contratos de prestação de serviços, alcançando 56.389 domicílios (76% da meta inicial).

⁴ Durante a execução do PDHC (fase II), o número se reduziu pra 835 municípios, devido à ruptura entre governo federal e a organização pública de ATER da Bahia, deixando aproximadamente 3.700 famílias fora do processo.



Foto: Silvia Nonata da Silva

O objetivo do PDHC II é reduzir a pobreza rural no Semiárido brasileiro. Para isso, a iniciativa propôs a diminuição das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia, além de ter promovido a coordenação de políticas públicas e/ou a formulação de novas ações públicas, sempre na base da ampliação de inovações.

O Projeto contou com o financiamento e apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), instituição financeira internacional e agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), que, junto aos governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural e atua em projetos de cooperação para a superação da pobreza no Nordeste brasileiro. Desde que começou a colaborar com o governo federal e os governos estaduais do Brasil nos anos 1980, o FIDA tem investido em atividades de desenvolvimento rural na Região Semiárida do Nordeste. Ao total, foram investidos US\$125.300.000,00, entre fontes financeiras do FIDA (US\$18.000.000,00) e do governo brasileiro (US\$42.000.000,00, como contrapartida direta), contrapartidas indiretas (US\$40.100.000,00) e contrapartida dos beneficiários (US\$25.200.000,00).

Além do MAPA, o PDHC II envolveu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), responsável pela execução dos contratos com as entidades de ATER que atuaram junto aos beneficiários finais.

O Ministério da Cidadania (MC), responsável pela Política de Fomento Produtivo Rural, é também parte integrante dessa estrutura. A parceria com o MC foi fundamental para que o Projeto conseguisse atender às populações rurais mais vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar do Semiárido brasileiro. A excelente focalização do PDHC II deve-se, em grande medida, ao uso do Cadastro Único⁵ como ferramenta efetiva de seleção de parcela significativa dos beneficiários. Veja mais detalhes no informe Fomento e ATER.

⁵ O Cadastro Único (CadÚnico) é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Podem se inscrever no Cadastro Único as famílias que: possuem renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo; possuem renda acima dessas, mas que estejam vinculadas ou à espera de algum programa ou benefício que utilize o Cadastro Único em suas concessões. Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>.

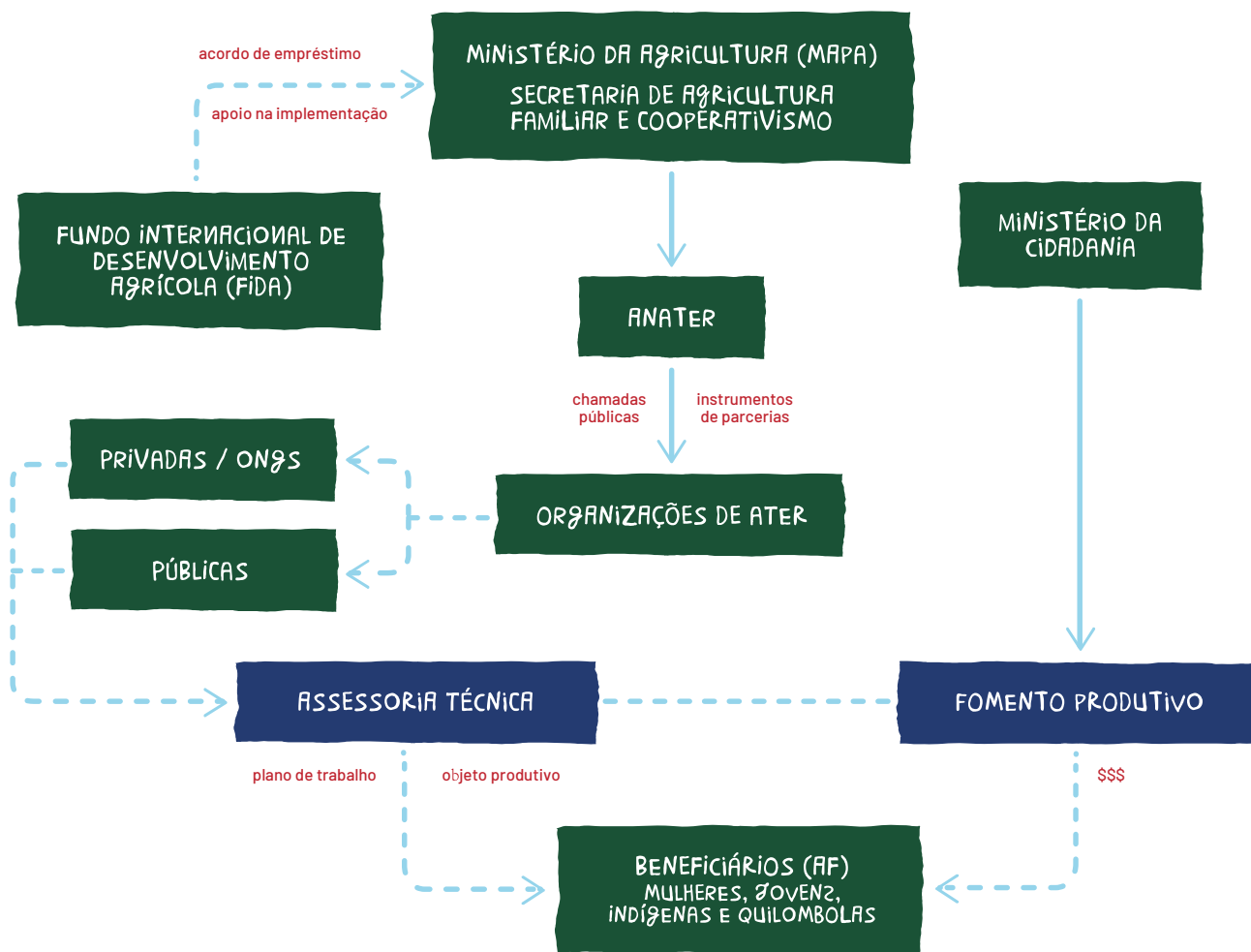


Figura 2 | Estrutura de Governança, Gestão e Execução do PDHC II

A articulação entre o Ministério da Cidadania e o Projeto Dom Hélder Câmara se deu na origem da construção das chamadas públicas da ANATER, no ano de 2018. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais⁶ (FPR) é uma estratégia do governo brasileiro no Plano Brasil sem Miséria, que, somado à assistência técnica oferecida aos agricultores familiares do Semiárido brasileiro, visa à inclusão produtiva rural para superar a pobreza e a fome. O critério para enquadramento no FPR são famílias que se encontravam em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os projetos produtivos foram desenhados como estratégias de segurança alimentar e produção de excedentes para a comercialização e geração de renda, especialmente na construção de infraestruturas produtivas, como galinheiros e pocilgas, aquisição de matrizes de ovinos, caprinos e até bovinos.

⁶ No Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, os agricultores recebem acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, que compartilham seus conhecimentos sobre formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O Programa também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas. Foi transformado na Lei 12.512, em outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto 9221 em dezembro de 2017.

Para a execução do Projeto, foram desenhadas chamadas públicas e celebrados instrumentos de parcerias para que as empresas privadas/organizações não governamentais e entidades públicas estaduais de ATER assumissem as ações de campo. As entidades públicas celebraram os acordos no segundo semestre de 2017, e as entidades homologadas nas chamadas o fizeram a partir de agosto de 2018, gerando inicialmente um descompasso de aproximadamente seis meses entre os dois grupos.

O PDHC II foi executado entre os anos de 2014 e 2022. No entanto, somente em 2018 as ações alcançam diretamente os agricultores familiares no Semiárido brasileiro - mas já no ano de 2019 todos os instrumentos sofreram revisões e reduções de valores orçamentários, metas e atividades, em virtude da situação econômica do Brasil, impactando parte importante dos objetivos iniciais.

Em se tratando de um conjunto articulado de iniciativas operacionalizadas por intermédio de contratos celebrados pela ANATER, cuja sede está em Brasília, no ano de 2019 a Unidade Gestora do Projeto (UGP) foi transferida de Recife-PE para a capital federal, concentrando assim todas as esferas de coordenação, gestão e contratos. Ainda é importante ressaltar que, entre os anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da covid-19, parcela importante dos trabalhos deixou de ser realizada ou aconteceu de maneira remota, por meio de aplicativos de mensagens e telefones celulares.

No âmbito do PDHC II, a meta estabelecia atender 17.777 famílias pelo programa Fomento Produtivo Rural, envolvendo a participação de empresas públicas e organizações privadas de ATER em todas as unidades da federação que compõem o Semiárido brasileiro. Para o acesso ao benefício, a regra exige a assinatura do termo de adesão e a concordância em executar um projeto produtivo individual, elaborado entre técnicos e beneficiários da assistência técnica.

Em correspondência à multidimensionalidade dos serviços de ATER, e com o objetivo de favorecer o diálogo sobre políticas públicas e promover a superação da pobreza e da fome, **o Projeto foi estruturado em três componentes principais: a ampliação de inovações para o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das capacidades organizacionais e o acesso aos mercados.**

Os beneficiários do PDHC II são agricultores e agricultoras familiares, inscritos no Cadastro Único do governo federal, com especial ênfase ao atendimento de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Essa especificidade implica trabalhar com metodologias e múltiplos instrumentos de ATER adaptados aos diferentes grupos prioritários, suas demandas e capacidades.



COMPONENTE 1

Diálogo, integração de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras

O objetivo desse componente era melhorar as políticas e os programas públicos para reduzir a pobreza rural e as desigualdades de gênero, geração e etnia no Semiárido, por meio do fortalecimento da articulação na implementação dessas políticas e programas, bem como realizar melhorias ou ajustes, aproveitando para isso as experiências inovadoras do Projeto que foram consideradas bem-sucedidas. Nesse sentido, algumas ações foram realizadas. Simultaneamente, elas contribuíram com o atendimento de metas do Marco Lógico e extrapolaram atividades realizadas pela ATER, como foi o caso do Programa Semear Internacional e da experiência dos Territórios de Aprendizagem. Em comum, as duas iniciativas tinham como público agricultoras e jovens do Semiárido, atendidos pelo PDHC ou em áreas de abrangência comum, e destacaram esforços para identificar e difundir resultados sobre metodologias inovadoras, construir diálogos com agentes de desenvolvimento rural e gestores e ainda promover o intercâmbio dessas experiências com outras regiões.

No centro dessa estratégia está o entendimento emanado da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, contido nas bases da Política Nacional de ATER, de que os serviços públicos de ATER (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de **metodologias participativas**, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ATER **devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar e estimular o uso sustentável dos recursos locais.**

Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova ATER pública deve atuar partindo do conhecimento e da análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, **adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento**, além de uma abordagem sistêmica capaz de **privilegiar a busca de equidade e inclusão social**, bem como adotando bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas (BRASIL, 2004).

COMPONENTE 2

Desenvolvimento de capacidades organizacionais

O objetivo desse componente era desenvolver as capacidades das comunidades rurais e organizações da população rural nas áreas de atuação do Projeto, visando ampliar o acesso às políticas públicas, a qualificação de suas demandas e o fortalecimento da participação na gestão das políticas públicas com especial atenção a mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais, buscando reduzir as desigualdades. Além disso, o componente tinha como meta implementar as atividades para fortalecer as capacidades de gestão e operação de organizações econômicas da população beneficiária e de agências e instituições de desenvolvimento rural governamentais e não governamentais.

No bojo desse componente havia duas grandes ambições: desenvolver capacidade de mobilização social e fortalecer a participação para que o acesso às políticas públicas se concretizasse como parte integrante das oportunidades econômicas que o PDHC II buscava promover. Nesse sentido, não se tem registros suficientes da ação da ATER que permitam compreender de fato ou mensurar quanto desses avanços são resultados exclusivos do Projeto - e esse nem deveria ser o objetivo ao final.

O que se tem reportado é que há um movimento de organização e acesso às políticas públicas por esses grupos, sobretudo mulheres. O índice de associativismo apurado pela Avaliação de Impacto aponta 41,12% mais associativismo de atendidos pela ATER no PDHC II em comparação à população não atendida. Por sua vez, o índice de participação de mulheres apurado na Avaliação de Impacto do PDHC II resulta em 28,44% mais participação desse público quando comparada com a população não atendida pelo PDHC II. Se o olhar se detiver sobre os beneficiários que, além da ATER, também receberam o FPR, esse índice sobe para 33,80% de participação de mulheres e jovens atendidos com relação à população controle.

33,80%
mais participação de
mulheres que receberam
ATER e Fomento
Produtivo Rural quando
comparada com a
população não atendida
pelo PDHC II.

O PDHC II estimava que ao menos 13.500 famílias teriam crédito, mas essa meta de alcance já foi superada, chegando a 107% em dezembro de 2022⁸. No entanto, até o momento, **o acesso aos programas de compras públicas (PAA (agora PAB) e PNAE) obteve 45% de alcance, e 4.918 famílias foram beneficiadas (de uma previsão inicial de 10.800) com o acesso a programas de compras públicas.** A explicação para essa dificuldade decorre, entre outros fatores, do forte desmantelamento que esses programas sofreram e das dificuldades oriundas da pandemia da covid-19, que limitaram a circulação de pessoas e mercadorias e impactaram as agendas de prefeituras, escolas e órgãos públicos ligados à execução dessas políticas e programas.

⁸ O PDHC II ainda está em execução e há uma nova chamada de ATER quilombola que beneficiará 3.200 famílias. Portanto, a expectativa é de que a meta inicial seja substancialmente superada.

Esse número, quando observado pela Avaliação de Impacto, está desagregado em dois indicadores: Índice de Acesso a Políticas Públicas (IAPP) e Índice de Acesso a Políticas Agrárias (IAPA).

O IAPP foi 15,17% melhor entre os beneficiários do PDHC II quando comparado com o público controle, e, para os beneficiários que recebiam também o FPR, o índice foi 19,45% melhor, confirmando que a associação ATER + FPR é condição importante para que as famílias alcancem as demais políticas públicas.

COMPONENTE 3

Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso aos mercados

O principal objetivo desse componente foi promover uma transformação sustentável da produção agrícola, a fim de melhorar simultaneamente a segurança alimentar e a geração de renda. As melhorias na produção deveriam ser baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e na convivência com o Semiárido e a seca.

Na perspectiva orientadora do PDHC II, as metodologias aplicadas deveriam reconhecer o conhecimento local e a integração horizontal do conhecimento técnico e científico. O Projeto apoiou também a implantação de unidades que serviram como referência para os processos produtivos, visando otimizar e multiplicar as experiências consideradas bem-sucedidas.

Nesse componente, a assessoria técnica, por meio do contrato de gestão com a ANATER, era o principal instrumento do PDHC II. Esse serviço referia-se a um conjunto de ações integradas para auxiliar tecnicamente agricultores/as familiares e suas organizações na implementação de estratégias produtivas, econômicas, ambientais e organizacionais de combate à pobreza, de convivência com o Semiárido e a seca e de desenvolvimento rural. Buscava-se, com as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, dar o suporte para os demais componentes aqui destacados.

Considerando que o fomento e o apoio para acessar mercados são condições relevantes na geração de renda, foram previstas as seguintes ações: (i) qualificar a gestão dos empreendimentos dos/as agricultores/as; (ii) assessorar a estruturação de processos produtivos; (iii) assessorar e apoiar o acesso aos mercados locais (feiras locais) e nichos de mercado (mercado justo e orgânico); (iv) articular e mobilizar as prefeituras para a realização de parcerias com os empreendimentos da agricultura familiar, com vistas a viabilizar o acesso ao mercado institucional (PAA, PNAE); e (v) articular e mobilizar redes varejistas locais e regionais para ampliar as oportunidades de mercado.

Nesse sentido, foram elaborados projetos produtivos para todas as famílias beneficiadas. Entretanto, aquelas que receberam o Fomento contavam, além da assistência técnica, com o recurso financeiro para implantar o respectivo projeto. Ainda que haja necessárias considerações acerca dos projetos e de suas capacidades de sustentabilidade, uma vez que muitos deles baseiam-se em sistemas produtivos com dependência de insumos externos - como

grãos para a alimentação de suínos e aves -, é importante destacar os resultados de 54,75% e 70,65%, respectivamente, de aumento do número de cabeças desses animais para os beneficiários de ATER e de ATER associada ao Fomento quando comparados com famílias controle que não tinham o mesmo recurso para esses investimentos.

De toda forma, **os indicadores da Avaliação de Impacto apontam que as dimensões associadas à renda** (renda agropecuária total, renda agropecuária monetária, renda agropecuária de autoconsumo e a renda derivada da produção animal e vegetal) **foram todas afetadas positivamente pela presença da ATER e do Fomento**, o que demonstra a importância de programas de transferência de renda para ativar projetos produtivos das famílias, como melhor detalhado na seção 2.

Ainda é importante reforçar que houve inovações e adoção tecnológica de processos ou produtos nas famílias atendidas.

SEÇÃO 2

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Além de mensurar resultados, o estudo de Avaliação de Impacto forneceu dados e evidências que permitiram refletir sobre as abordagens adotadas pelo Projeto Dom Helder Câmara e que também oferecem suporte para o processo de tomada de decisão, a fim de potencializar as transformações desejadas. Ademais, possibilitou identificar fatores fundamentais para impulsionar essas transformações, outros que não contribuem de forma tão direta e ainda limitadores e fatores que criam obstáculos.

A Avaliação de Impacto do PDHC utilizou uma amostra de 4.374 famílias, sendo 1.764 de beneficiários efetivos do Projeto e 2.610 agricultores que não receberam nenhum tipo de assistência técnica, que compuseram o grupo controle. Por meio do método de Pareamento por Escore de Propensão (PEP)⁹, ambos os grupos foram comparados durante a avaliação de 28 indicadores, os quais são minuciosamente descritos e explorados no documento Avaliação de Impacto. A seguir, apresentamos uma síntese desses resultados.

Aumento da diversificação produtiva e da segurança alimentar e nutricional (SAN)

Sobre o aspecto produtivo, 31% das famílias relataram algum aumento na produção e 18% delas aumentaram em 25% ou mais sua produção agrícola após receberem assistência técnica do PDHC. Do total de famílias atendidas, 99% adotaram algum insumo, tecnologia ou nova prática e 23% relataram aumento superior a 35% nos ativos (infraestrutura produtiva, instalações, máquinas, equipamentos).

O principal legado do PDHC II é a importância das sinergias entre iniciativas. Houve acréscimo de 32,1% na produção para autoconsumo nas famílias atendidas com a combinação ATER e Fomento, resultado que traduz os efeitos da assistência com a oferta de recursos para investimentos em novas atividades produtivas e, conseqüentemente, em maior diversidade produtiva.

⁹ O PEP permite estimar os efeitos causais de um tratamento após a realização de um pareamento entre as unidades amostrais de cada grupo (nesse caso, os beneficiários do PDHC e o grupo controle) utilizando um conjunto de covariáveis. As covariáveis utilizadas para o pareamento foram: (i) o estado brasileiro no qual a unidade agrícola está localizada, (ii) a área da unidade agrícola, (iii) o número de integrantes da família que atuam nas atividades agropecuárias, (iv) se a unidade agrícola é composta apenas pelo(a) chefe ou se é composta pelo casal (o/a chefe e o/a cônjuge) e (v) se os serviços de assistência técnica foram prestados por empresas públicas ou privadas. Para mais informações, acesse o estudo completo da Avaliação de Impacto.

A segurança alimentar está diretamente relacionada com o acesso e a disponibilidade física de alimentos diversificados e com a disponibilidade de recursos financeiros e técnicos para o apoio na produção. A diversificação produtiva esteve presente em 86% das famílias, sendo que 23% delas iniciaram uma nova atividade geradora de renda e 82% introduziram alguma nova prática tecnológica, como técnicas agroecológicas, novos cultivos, novas práticas de manejo e novas formas de produção.

Em termos de nutrição, houve um incremento de 11,3% na escala de diversidade alimentar das famílias que receberam ATER e Fomento. Embora não possua o mesmo rigor científico da Avaliação de Impacto, uma avaliação virtual de resultados realizada durante a pandemia da covid-19 mostrou que 78% dos beneficiários afirmaram ter melhorado seu consumo de alimentos.





Algumas dessas experiências que obtiveram resultados positivos foram aprofundadas em estudos qualitativos, como o caso da família de Dona Rosimeire, moradora do quilombo Sítio Veiga em Quixadá, no Ceará. Veja: [**Ficha Técnica Rosimeire**](#)

Aumento no empoderamento das mulheres

A assistência técnica, a organização de feiras e espaços de comercialização e a articulação de redes colaborativas garantiu às mulheres agricultoras um aumento de **37%** na renda sobre a produção vegetal, de **21%** sobre a produção animal e de **62%** sobre derivados da produção animal. Tais números não refletem apenas um avanço na segurança alimentar e financeira das famílias, mas colaboram para a autonomia das mulheres, que tornam-se sujeitas e protagonistas de suas próprias histórias ao não depender mais financeiramente de seus maridos, irmãos, pais ou tios e passam a se organizar coletivamente e ocupar novos espaços no mercado e na sociedade.



O índice de participação de mulheres (iMu)¹⁰ apresentou um impacto significativo ao evidenciar que o PDHC II proporcionou um aumento no empoderamento delas nas famílias beneficiárias em **28,4%** (cerca de 75 pontos acima do grupo controle). O impacto do Projeto foi ainda maior quando comparado aos grupos controle e beneficiários que receberam recursos do Fomento Produtivo Rural. Nesses casos, enquanto os beneficiários com fomento apresentaram um número médio de 353 pontos, o grupo controle apresentou um valor médio de 264 pontos, evidenciando um aumento no empoderamento das mulheres de **33,8%** (cerca de 89 pontos acima do grupo controle).

O estudo sistematizado sobre gênero, assistência técnica e segurança alimentar apresenta em maiores detalhes como a participação de mulheres foi decisiva na estratégia do PDHC II. Veja no link a seguir: **Gênero, Ater e Segurança Alimentar**

¹⁰ Indica a porcentagem de participação das mulheres em ações comunitárias e ocupações exercidas em diversas atividades, tais como agropecuária, comércio, serviço público, entre outras. Quanto maior o valor de iMu, melhor será a indicação de empoderamento das mulheres na unidade agrícola.

Territórios de Aprendizagem e empoderamento dos jovens

Em parceria com a PROCASUR e a Semear Internacional, a estratégia dos Territórios de Aprendizagem foi construída com o objetivo de apoiar processos de gestão de conhecimento em que os próprios agricultores e agricultoras familiares compartilham seus saberes, sendo valorizados e remunerados por isso. A estratégia foi identificar e incentivar o desenvolvimento de capacidades locais para a gestão associativa do conhecimento de produtores, famílias, comunidades e associações rurais, promovendo assim o escalonamento de inovações por meio da formação de jovens multiplicadores. Dos cinco Territórios de Aprendizagem presentes no Brasil, dois encontram-se no Semiárido (Território do Agreste e Território do Sertão Central), e foram coordenados de forma paralela e complementar ao PDHC II.

Essa ação proporcionou um avanço expressivo no sentido de incorporar os jovens, como demonstra o Relatório de Sistematização dos Territórios de Aprendizagem Brasil. Na avaliação de impacto, o aumento da participação dos jovens foi medido pela variável empoderamento dos jovens. Enquanto os beneficiários do PDHC II apresentaram uma média de 85 pontos, o grupo controle apresentou uma média de 70 pontos. Portanto, o projeto proporcionou um aumento de **22,2%** (cerca de 16 pontos a mais do que o grupo controle) no empoderamento dos jovens nas famílias beneficiárias.

Ainda nesse documento há um maior detalhamento das experiências dos Territórios de Aprendizagem, além dos principais resultados dessa estratégia que se consolidou na parceria FIDA, Projeto Semear, PDHC II e UnB, com execução pela PROCASUR

Uma experiência de jovens ligados aos Territórios de Aprendizagem é o casal Claudemir e Charliane, que está registrada no link a seguir.

Veja: **[Ficha Técnica Charliane e Claudemir](#)**

Acesso a políticas públicas e aos mercados

Um dos principais eixos da ação do PDHC II, o acesso a políticas públicas, consiste em oportunizar e auxiliar que as famílias acessem distintas políticas, desde a emissão de um documento pessoal ou uma declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) até o acesso a mercados institucionais, por meio do PAA e PNAE. A totalidade das famílias foi beneficiada com acesso a pelo menos uma política pública, sendo que **20%** delas acessou crédito depois do PDHC e, dessas, **43%** relataram aumento de produção. O Fomento Produtivo Rural, previsto inicialmente para atender 17.777 famílias, foi concedido em suas duas parcelas para 81% delas. Por sua vez, apenas 3% declararam ter acesso aos programas de compras públicas da agricultura

familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (agora Programa Alimenta Brasil) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Entre os motivos dessa fraca adesão, ressaltam-se novamente o desmantelamento e o baixo orçamento que essas iniciativas mantiveram nos anos recentes.

Aumento na renda

Em uma política que se dispõe a tirar as pessoas da pobreza e da extrema pobreza, a dimensão renda é um dos indicadores que melhor indicam seus resultados. A Avaliação de Impacto revelou um aumento de **16,3%** (equivalente a R\$724) na renda agropecuária total dos beneficiários, enquanto o público que também foi contemplado pelo Fomento Produtivo Rural apresentou um aumento de **30,2%** (cerca de R\$1.189 a mais que o grupo controle fomento). Na Renda Agropecuária Monetária, enquanto os beneficiários apresentaram uma média anual de renda de R\$2.218, o grupo controle apresentou uma média anual de R\$1.757, representando um aumento de **26,2%** para aqueles que receberam ATER. No grupo beneficiado também pelo FPR, o impacto chegou a **48,3%**.

A renda oriunda da Produção Animal teve um impacto igualmente significativo, acrescentando cerca de R\$189 no orçamento dos beneficiários (**20,1%** superior ao grupo controle). Para quem recebeu fomento, o aumento chegou a **61,5%**. Quanto à produção vegetal¹¹, o Projeto proporcionou um aumento na renda dos beneficiários de **25,3%** (cerca de R\$65 a mais do que o grupo controle). Já para os beneficiários do fomento, o aumento foi bastante expressivo: **89,5%** (cerca de R\$180 a mais do que o grupo controle fomento).

Dona Alcione, moradora de Quixadá, no Ceará, contou sua história de diversificação produtiva, incremento de renda e, sobretudo, de empoderamento. Sua experiência com a assessoria do CETRA foi registrada e está disponível no link seguinte. Veja: [**Ficha Técnica**](#)

Alcione

¹¹ Para o cálculo da renda monetária das vendas da produção vegetal e dos derivados da produção vegetal (por exemplo, a venda de rapadura, melado, geleia de frutas e farinha de mandioca), foram consideradas as receitas com esses produtos ao longo do ano de 2021.

Resultados do Fomento Produtivo Rural

As atividades de ATER podem modificar para melhor a vida dos agricultores familiares do Semiárido brasileiro, conforme aqui demonstrado. **Entretanto, quando ocorre a associação do fomento produtivo com as atividades de ATER, a melhora de vida dos agricultores familiares é potencializada. Por exemplo, em praticamente todas as dimensões comparativas que consideravam ganhos de renda, os beneficiários que receberam Fomento Produtivo Rural apresentaram maiores diferenças em relação ao grupo controle do que quando comparados todos os beneficiários em relação ao controle.** O mesmo resultado também pode ser observado no número de cabeças de suínos e aves, na diversidade alimentar, no acesso a políticas públicas e agrárias, no empoderamento das mulheres e no índice de pobreza multidimensional. Portanto, deve ser destacada a importância de associar ATER e fomento produtivo em ações futuras.

Quadro 2 | Resumo dos resultados das análises do *Propensity Score Matching* para as variáveis de renda. B = grupo beneficiários (que receberam ou não o fomento produtivo); BF = grupo beneficiários que receberam fomento produtivo; C = grupo controle. Células preenchidas em verde indicam valores significativamente maiores para o grupo de beneficiários.

DIMENSÕES DE RENDA	GRUPOS	EFEITO (%)
Renda Agropecuária Total	C x B	16,33
	C x BF	30,23
Renda Agropecuária Monetária	C x B	26,22
	C x BF	48,29
Renda Agropecuária do Autoconsumo	C x B	10,67
	C x BF	32,15
Produção Animal	C x B	20,09
	C x BF	61,50
Derivados da Produção Animal	C x B	24,81
	C x BF	49,94
Produção Vegetal	C x B	25,26
	C x BF	89,52
Derivados da Produção Vegetal	C x B	-12,98
	C x BF	-30,20
Atividades Não Agrícolas	C x B	43,48
	C x BF	131,67

Renda Anual Total	C x B	2,98
	C x BF	11,28
Renda Anual Per Capita	C x B	2,98
	C x BF	13,59
PRODUÇÃO ANIMAL (CABEÇAS)	GRUPOS	EFEITO (%)
Suínos	C x B	28,02
	C x BF	54,75
Aves	C x B	37,17
	C x BF	70,65
Caprinos	C x B	2,27
	C x BF	-7,76
Ovinos	C x B	8,86
	C x BF	48,94
Bovinos	C x B	-5,75
	C x BF	1,48
Equinos, Asininos e Mueares	C x B	1,61
	C x BF	20,92
VARIÁVEIS / ÍNDICES	GRUPOS	EFEITO (%)
*Insegurança Grave	C x B	-1%
	C x BF	-2%
*Insegurança Grave + Moderada	C x B	0%
	C x BF	0%
Diversidade Alimentar	C x B	2,58
	C x BF	11,35
Índice Ecológico	C x B	1,18
	C x BF	1,53
Índice de Acesso a Políticas Públicas	C x B	15,17
	C x BF	19,45
Índice de Acesso a Políticas Agrárias	C x B	29,26
	C x BF	34,23

Índice de Associatividade	C x B	41,12
	C x BF	36,41
Índice de Partic. de Mulheres	C x B	28,44
	C x BF	33,80
Índice de Partic. de Jovens	C x B	22,23
	C x BF	18,39
Índice de Partic. de Mulheres e Jovens	C x B	27,13
	C x BF	30,69
Índice de Exposição à Seca	C x B	2,30
	C x BF	4,58
Índice de Moradia	C x B	-0,35
	C x BF	1,17
Índice de Pobreza Multidimensional	C x B	-1,16
	C x BF	4,17



SEÇÃO 3

GESTÃO DO CONHECIMENTO - EXPERIÊNCIAS RELEVANTES

Para além da ação da assistência técnica e da oferta de recursos não reembolsáveis para a estruturação dos projetos produtivos, por meio do fomento produtivo rural, o PDHC II apoiou esforços para sistematizar e registrar boas práticas, aprendizados e experiências do Projeto com o objetivo de melhorar a eficiência, a credibilidade e a eficácia do desenvolvimento rural promovido pelo Projeto e pelo FIDA. Essas iniciativas foram contempladas no âmbito da Gestão do Conhecimento do PDHC II, que realizou a sistematização do conhecimento em campo com os participantes das experiências do Projeto.

Nesse contexto, buscou-se documentar e estimular o compartilhamento de boas práticas em diversas áreas temáticas, entre as quais estão: adaptação de tecnologias de transição agroecológica, convivência com o Semiárido, abordagens participativas de ATER, focalização de grupos de mulheres, jovens e de Povos e Comunidades Tradicionais, fortalecimento da organização produtiva, acesso a mercados, produção não agrícola geradora de emprego e renda.

Todas essas iniciativas visavam melhorar a eficácia do desenvolvimento rural, extrair aprendizados sistemáticos e coletivos, incidir sobre políticas públicas com base em evidências, encontrar formas inovadoras de combater a pobreza e a fome e promover a inclusão social. De forma específica, os produtos de GC do PDHC II contribuem para demonstrar os resultados e impactos do Projeto, fortalecer o processo de mudança de paradigmas organizacionais e tecnológicos no âmbito da ATER, demonstrar a relevância da promoção do fomento produtivo, sistematizar e disseminar aprendizados e lições aprendidas específicas do Projeto. O conjunto de boas práticas, aprendizados e experiências do Projeto foi registrado de modo a facilitar seu compartilhamento e escalonamento.

Empoderamento de mulheres agricultoras

O Nordeste caracteriza-se não apenas por concentrar a maior parcela de agricultores familiares do Brasil (47%), mas também por possuir a maior concentração de estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres (24,3%), superando a média nacional de 19,7%. Entre o público atendido pelo PDHC II, a Avaliação de Impacto¹² revelou que, em 38.155 dos 54.048 (70,6%) estabelecimentos rurais, as mulheres eram responsáveis por pelo menos uma atividade produtiva. Assim, considera-se que um dos grandes acertos do projeto foi o de reconhecer o papel das mulheres e de reduzir as desigualdades de gênero ao implementar uma assistência técnica focalizada no atendimento a elas.

As desigualdades de gênero no meio rural, a invisibilidade econômica das contribuições das mulheres, sua falta de acesso nas tomadas de decisão e a divisão sexual do trabalho têm ganhado cada vez mais espaço nas agendas de políticas públicas. Políticas como o Projeto Dom Helder Câmara são fundamentais para garantir o empoderamento e a autonomia das mulheres agricultoras e reverter cenários como o apontado pela FAO (2017), em que as mulheres rurais eram remuneradas por apenas 14 horas semanais de trabalho (de uma carga global de 42 horas), enquanto os homens eram remunerados em sua quase total força de trabalho (37 horas de 42).

Os resultados aferidos por meio de entrevistas com mulheres do Agreste pernambucano e do Sertão Central no Ceará revelam mudanças significativas em seus sistemas produtivos e a ampliação de oportunidades para a venda dos produtos in natura ou preparados. As experiências sistematizadas confirmam os resultados da Avaliação de Impacto e ilustram o empoderamento e a autonomia conquistados por elas a partir do projeto.

As entrevistadas relataram como os três anos de ATER prestados pelo PDHC II em parceria com o [Centro Sabiá](#) e o [CETRA](#) contribuíram significativamente para que elas, suas famílias e as pessoas que comproum seus produtos tivessem acesso regular a alimentos saudáveis e diversificados, mesmo em meio à crise provocada pela pandemia da covid-19. A assessoria do Sabiá e do CETRA, tanto nos campos da produção como da comercialização, foi decisiva para que elas articulassem sua produção para além do autoconsumo e participassem de feiras, grupos de compras e de espaços de trocas de saberes e sementes.

Segundo os depoimentos, elas inicialmente acreditavam que não teriam coragem para conversar com outras pessoas e oferecer o que produziam ou preparavam, sendo que algumas

¹² A avaliação do impacto do PDHC II foi realizada pelo Projeto Monitora – UnB. As informações das famílias de agricultores foram obtidas por meio de duas jornadas de amostragem, sendo a primeira (T0) realizada entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 e a segunda (T1) realizada entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022. Foi avaliada uma amostra significativa de 4.374 famílias e se utilizaram dois métodos consagrados para avaliar 28 indicadores: o Pareamento por Escore de Propensão (em inglês: Propensity Score Matching – PSM), e o de Diferenças em Diferenças (em inglês: Differences in Differences – DIFF-IN-DIFF). O tamanho da amostra permitiu aferições tanto dos beneficiários em geral, como daqueles que também receberam o fomento produtivo, sempre comparando com o desempenho de agricultores que não receberam o programa (grupo de controle), com margem de erro de até 4%, para mais ou para menos (MONITORA, 2022)

não sabiam nem mesmo ler ou fazer contas, limitação que foi resolvida com o apoio dos filhos adolescentes. Agora elas conversam, vendem, oferecem, conhecem outras pessoas, trocam informações, aprendem e ensinam, são reconhecidas e valorizadas como agricultoras.

O estudo atribui os resultados positivos à combinação da assistência técnica, redes colaborativas de conhecimento e intervenções inovadoras sobre processos produtivos, mercados e práticas gerenciais idealizadas pelas organizações parceiras do PDHC II, contribuindo para a inclusão produtiva das

mulheres das comunidades atendidas e para a saída da linha da pobreza. No vídeo produzido junto às mulheres atendidas pelo Centro Sabiá, é possível conhecer mais dessa ação: **[Vídeo Mulheres, Segurança Alimentar, Ater e Autonomia](#)**

Os depoimentos das mulheres atendidas, inclusive quanto à produção e renda auferidas na comercialização, fornecem evidências para afirmar que elas, em um curto período de tempo, aprenderam a se inserir nos mercados e a reconhecer a importância da função central que elas próprias desempenham na nutrição, segurança alimentar e geração de renda de suas famílias.

Segurança Alimentar e Diversificação Produtiva

O acesso às feiras e aos espaços de comercialização, além de proporcionar aumentos na renda, configurou-se também como um espaço de trocas e potencializou a diversificação produtiva das famílias. Para Dona Alcione, o PDHC foi fundamental para diversificar sua produção: *Antes eu plantava milho pra minhas galinha e feijão pra nós comer. [...] Foi depois que a gente começou a ir pras feiras que eu comecei a plantar as diversidades.*

Conheça a inspiradora história de Dona Alcione, assessorada pelo CETRA em Quixadá, no Ceará: **[Vídeo Dona Alcione](#)**

Com o serviço de ATER, os beneficiários aprenderam a trabalhar com outras culturas e hoje, em suas propriedades, cultivam banana, laranja, maracujá, macaxeira, inhame e diversos tipos de hortaliças, têm galinhas e garantem, com essa diversidade de produtos, uma alimentação saudável e adequada para suas famílias.

Em particular, ao observar o trabalho realizado pelo Centro Sabiá com recursos do PDHC, sob a ótica das dimensões que envolvem a noção de segurança alimentar e nutricional,

O PDHC proporcionou um aumento na escala de diversidade alimentar dos beneficiários de **2,6%** (cerca de 0,15% acima do grupo controle)

nal, é possível afirmar que nessas famílias a ampla diversificação da produção favorece a disponibilidade do alimento e a troca mediante as redes locais de abastecimento. Da mesma maneira, as orientações para avançar nos processos de transição agroecológica contribuem com a sustentabilidade social e ambiental dos sistemas agroalimentares. O que se evidencia é que os processos de transição agroecológica não se resumem a mudar as maneiras de produzir. Essa transição implica diminuir as diferenças de gênero e geração.

Fomento Produtivo Rural

Partindo da perspectiva de que a pobreza e a pobreza extrema são fenômenos multidimensionais, a concessão do Programa Fomento Produtivo Rural (FPR), por meio de uma parceria com o Ministério da Cidadania, fez parte das estratégias do PDHC II de combate à fome e à pobreza. O Programa foi estabelecido com os objetivos de estimular a geração de emprego e de renda, promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) e dar impulso à participação dos beneficiários em condições de pobreza e extrema pobreza em formações sociais, educacionais, técnicas e profissionais, bem como promover a sua participação em associações e cooperativas. Foram beneficiadas 16.040 famílias (91% da meta de 17.700), com o aporte de R\$2.400, não reembolsáveis, repassados em duas parcelas, representando um investimento de R\$38,5 milhões.

O PDHC gerou aos beneficiários maiores rendas, favoreceu a produção agrícola, aumentou a diversidade alimentar, incrementou o acesso a políticas públicas, fortaleceu a inclusão nas associações, assim como promoveu a inserção produtiva de mulheres e jovens. No entanto, quando associados ao fomento, os resultados mostraram-se ainda mais promissores. A Avaliação de Impacto do PDHC II comprovou que a associação da assistência técnica ao FPR foi uma estratégia assertiva e eficaz no combate à pobreza rural, como demonstrou a maior parte dos 28 indicadores analisados, além de ter registrado a redução de 90% na pobreza extrema das famílias atendidas no marco dessa coordenação.

Essa estratégia teve impacto direto na vida de famílias como a de Dona Rosimeire e Dona Djanira, que, com os recursos recebidos, conseguiram realizar seus sonhos de ter um galinheiro e chiqueiro estruturados, seguindo as normas sanitárias. Com a estruturação produtiva, potencializaram seus ganhos por meio do reinvestimento dos recursos e da diversificação produtiva, com o acompanhamento da assistência técnica.

Pode-se afirmar que o fomento produtivo associado à assistência técnica foi capaz de assegurar o atendimento quase integral dos três componentes do PDHC II. A assessoria foi responsável pela ampliação do acesso a políticas públicas (49%), disseminou inovações e assegurou diversificação produtiva aos beneficiários.

Dona Djanira, (Veja o registro dessa experiência: **Ficha Técnica Djanira**) moradora de Monteirópolis, no estado de Alagoas, foi assessorada pela EMATER do estado e, junto com seu marido, o Senhor Cícero, e seus filhos foi capaz, com a chegada do Fomento, de ampliar as instalações para a criação de suínos e assegurar renda para toda a família. O técnico Dacy, que orientou os trabalhos com a família, reportou que as dificuldades começaram desde a documentação para acesso aos benefícios, mas que, superada essa etapa, o FPR com a ATER foram determinantes para que a família tivesse renda com as vendas dos animais, que, segundo eles, garante o abastecimento de outros itens da cesta básica da família.

Algumas das experiências com o Fomento Produtivo Rural foram registradas no vídeo a seguir: **Vídeo Fomento**

A experiência de jovens nos Territórios de Aprendizagem

Os Territórios de Aprendizagem são uma metodologia de extensão rural com características específicas, cuja aplicação representa uma alternativa à Assistência Técnica convencional. Consiste em um instrumento eficaz no enfrentamento dos desafios da região e de seus habitantes, notadamente a seca, o processo de desertificação e o combate à pobreza endêmica, particularmente quando combinado com políticas públicas específicas para a região e a incorporação de tecnologias sociais adaptadas à convivência com o Semiárido. Sob esse ponto de vista, são especialmente eficazes as ações de Territórios de Aprendizagem articulados com entidades de ATER que compartilham a mesma ênfase na valorização dos saberes locais e na interação entre os agricultores familiares para melhorar a qualidade de vida e combater a pobreza.

Dois princípios da pouco implementada Política Nacional de ATER (Lei 12.188/2010) estão no centro da metodologia dos Territórios de Aprendizagem e diretamente relacionados à Gestão de Conhecimentos:

- 1) Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- 2) Processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializam os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004).

O programa Territórios de Aprendizagem (TA) incentiva o desenvolvimento de capacidades locais para a gestão associativa do conhecimento de produtores, famílias, comunidades e associações rurais, promovendo assim o escalonamento de inovações. Trata-se de uma modalidade de Assessoria Técnica desenvolvida pela Corporação PROCASUR (PSI; PROCASUR, 2020), uma organização global especializada na gestão de conhecimento para a inovação rural. A PROCASUR, por meio de parcerias com governos, instituições de cooperação internacional, organizações rurais e o setor privado, colhe soluções de baixo custo baseadas no saber fazer de talentos rurais e dos ativos de seus territórios. O aproveitamento das oportunidades econômicas, culturais, ambientais e sociais que esses territórios oferecem permite a um maior número de famílias, mulheres e jovens rurais se capacitar, adotar e escalar soluções para gerar meios de vida inclusivos e sustentáveis.

A PROCASUR, para implementar os casos piloto dos TA no Brasil, atuou em parceria com o Programa Semear Internacional (PSI) e com o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), ambos financiados com recursos do FIDA. Na parceria com o Semear Internacional, foram implementados os TA nos estados da Bahia, de Piauí e da Paraíba, e, junto ao PDHC, houve a implantação de TAs nos estados de Ceará e Pernambuco. Cabe ressaltar que o PDHC cumpriu a função de sistematizar a experiência, os aprendizados e as boas práticas dos Territórios de Aprendizagem implementados no Brasil (a publicação completa pode ser acessada [neste link](#)).

Os Territórios de Aprendizagem promovem o reconhecimento do que se denomina “Talentos Locais”, identificados como aquelas pessoas que detêm conhecimentos valiosos, geralmente práticos, que se destacam em sua organização ou comunidade por sua forma de fazer as coisas, seu conhecimento inovador e sua liderança em iniciativas de desenvolvimento que impactam positivamente seu próprio contexto (PROCASUR, 2019) – e na articulação destes como entidades públicas e privadas.

Os objetivos da estratégia para os TA no Brasil foram:

- a) Implementar, com as adaptações necessárias, o modelo de territórios de aprendizagem em cinco estados (Piauí, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Ceará), em aliança com as operações do FIDA nesses estados;
- b) Fortalecer as capacidades locais, especialmente entre homens e mulheres jovens, para desenhar, executar e gerir a ferramenta de TA, identificando os Talentos Locais e se constituindo em empresas de conhecimento.

Durante três anos, a PROCASUR e seus parceiros formaram 22 jovens rurais para gerir a empresa de conhecimento “Territórios de Aprendizagem”, proporcionando-lhes ferramentas que lhes permitissem caracterizar os ativos em conhecimento de seus territórios, identificar os talentos, planejar, administrar recursos financeiros, estruturar unidades de aprendizagem e desenvolver ações de comunicação.

Foram constituídos o Território de Aprendizagem TAPI, que agrega os territórios do Vale de Itaim e Vale de Guaribas, no Piauí; o TA Arandelas na Bahia, com apoio do Projeto Pró-Semi-

árido, que agrega o território do Sertão do São Francisco e o Piemonte Norte do Itapicuru; o Território Raízes Nativas encontra-se no Cariri Oriental da Paraíba; o Território do Agreste fica na zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão pernambucano; e o Território Sertão Central no Ceará.



Figura 3 | Territórios de Aprendizagem no Brasil

Os dois últimos (PE e CE) foram apoiados pelo Projeto Monitora e PDHC, e as lições extraídas dessas experiências apontam um avanço extraordinário no sentido de incorporar os jovens rurais e indicam o elemento desafiador que foi para eles aprender na prática sobre a gestão dos TAs, mas também resgatam o que significou, tanto na dimensão pessoal como profissional, serem valorizados, que acreditassem nelas e neles e que fossem potencializadas suas capacidades. Isso permitiu que hoje esses jovens tenham a certeza de que podem, no trabalho em equipe, alcançar as metas que se propõem a alcançar.



**AVALIAÇÃO
DE IMPACTO**



**VÍDEO
INSTITUCIONAL**



**GÊNERO, ATER
E SEGURANÇA
ALIMENTAR**



ATER E FOMENTO



**FICHA TÉCNICA
ALCIONE**



**FICHA TÉCNICA
CHARLIANE E
CLAUDENIR**



**FICHA TÉCNICA
DJANIRA**



**FICHA TÉCNICA
ROSIMEIRE**



**FICHA TÉCNICA
PREGUINHO**



**VÍDEO - MULHERES,
SEGURANÇA
ALIMENTAR, ATER
E AUTONOMIA**



**VÍDEO -
DONA ALCIONE**



VÍDEO - FOMENTO

SEÇÃO 4

APRENDIZADOS E ENSINAMENTOS

Nesta seção do documento, alguns aprendizados e ensinamentos considerados importantes na execução do PDHC II são citados e algumas de suas virtudes são apresentadas. Ressalta-se que há, evidentemente, outros olhares e registros realizados pelo próprio órgão executor, pelos financiadores e pelos estudos acadêmicos que apontam para outras dimensões e problemáticas.

A combinação ATER e Fomento produtivo

Os dados da Avaliação de Impacto apontam que não há diferença significativa para a segurança alimentar das famílias, mesmo quando a combinação ATER e Fomento estão presentes, mas, inegavelmente, o principal ensinamento que o PDHC II deixa como legado é a importância das sinergias entre as iniciativas. Houve acréscimo de 32,1% na produção para autoconsumo nas famílias atendidas com a combinação ATER e Fomento.

O serviço de ATER associado com o Fomento Produtivo Rural foi responsável por incrementos de renda, de diversidade produtiva e de participação das mulheres. O PDHC, quando associado ao FPR, elevou em 33,8% o índice de participação das mulheres. O principal instrumento usado para a oferta do fomento foi o projeto produtivo, elaborado pelos técnicos, em parceria com a família da agricultora ou agricultor familiar e com objetivo de promover a diversificação produtiva, a diversidade alimentar e o aumento da renda por consequência do acesso a mercados, como as feiras ou vendas diretas na comunidade.

A premissa adotada sugere que o FPR e a ATER associados fortalecem as estratégias dos agricultores familiares e promovem, em alguma medida, a inclusão produtiva rural. Essa articulação da ATER com recurso financeiro a fundo perdido atende a uma lacuna do público de extrema pobreza em relação às políticas de desenvolvimento rural e assistência social, que se encontrava única e exclusivamente amparado por programas assistenciais.

Crise econômica e pandemia da covid-19

É importante que haja esforços em reconhecer as limitações, os erros e os constrangimentos que não estão aqui reportados, apenas como críticas infundadas, mas contextualizadas com as principais adversidades que o PDHC II enfrentou, entre elas a pandemia da covid-19, que

durante dois anos praticamente impediu a atividade da assessoria técnica em campo, bem como o monitoramento das atividades pela UnB e pelo próprio executor (o MAPA e o DEP/SAF). De igual importância também foram as mudanças que a crise econômica e as restrições orçamentárias impuseram à execução do PDHC II. No ano de 2019, todos os contratos e instrumentos de parcerias vigentes foram revisados para menos, e parcela significativa de atividades das empresas de ATER foram afetadas.

Governança, coordenação e gestão do PDHC II

O processo de gestão e governança do PDHC II não é objeto de análise detalhada deste informe, uma vez que exigiria um arcabouço analítico diferente do que foi adotado pelo Projeto Monitora. Essas linhas que se seguem são apenas apontamentos, a título de lições que foram possíveis ser extraídas da observação participante durante o período de vigência do Projeto Monitora, salientando que alguns espaços e atividades ligadas ao PDHC II não faziam parte do escopo do Termo de Execução Descentralizada conduzido pela UnB.

Ainda que haja resultados de expressão dos alcances do PDHC II, é importante ressaltar que a coordenação do Projeto durante o período sofreu mudanças e contou com equipe reduzida para suas atividades. Ao longo da execução, o PDHC II passou para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), criada em 2 de janeiro de 2019, pelo Decreto n.º 9.667, advinda da transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Inicialmente a Unidade Gestora do Projeto, lotada em Pernambuco, foi transferida para Brasília. Uma das críticas que os órgãos de controle apontavam ao projeto era a distância que existia inicialmente entre a Coordenação do Projeto, lotada em Brasília, e a Unidade Gestora do Projeto (UGP), que estava sediada em Recife desde a sua primeira fase.

Essa mudança, por um lado, aproximou a equipe de gestão do centro estratégico do MAPA, mas, por outro lado, afastou dos beneficiários e das equipes de ATER, gerando dificuldades de acompanhamento das atividades e reduzida capacidade de diálogo com os agentes de assistência técnica que praticamente fizeram suas interlocuções unicamente com a ANATER.

Embora essa Coordenação tenha sofrido com o conjunto de mudanças e ajustes a que o PDHC II se submeteu, o modelo de governança adotado foi capaz de assegurar que as principais atividades se mantivessem durante a pandemia, e mesmo com os ajustes econômicos impostos aos contratos das entidades, à parceria com o FIDA e à equipe da UnB, a Diretoria de Estruturação Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar se mostrou atenta aos principais objetivos e assegurou o atendimento das principais metas previstas no Projeto.

A função da ANATER

Embora não seja objeto deste informe, a ação da ANATER no escopo do PDHC II deve ser objeto de análise detalhada quanto ao seu papel. De forma ampla, a ANATER é responsável por coordenar as políticas públicas de ATER em âmbito federal, buscando melhorar a execução dos serviços e o processo de contratação de entidades executoras de ATER pelo governo federal. Visa contribuir ainda para a qualificação e a execução de políticas de desenvolvimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural para o público rural no Brasil.

A assistência técnica é o principal vetor de acesso dos agricultores familiares aos processos produtivos, técnicas, inovações, políticas e instrumentos de crédito. Ao constatar que antes do PDHC a ATER não chegava às famílias, pode-se afirmar que estas estavam alijadas de todas as possibilidades de inclusão e diversificação produtiva. Se esse ciclo se alterar, em última instância a ATER altera os fenômenos da pobreza, da fome e da insegurança alimentar, como demonstram os resultados da avaliação de impacto do PDHC II.

No entanto, a própria ANATER sofreu inúmeras mudanças de diretoria e equipe ao longo do PDHC II, mantendo grande parte dos esforços, apenas dedicado à gestão dos contratos com as empresas, numa lógica de aferição contratual, que, embora necessária, não é suficiente, sobretudo pela importância da ação coordenada com o MAPA para o atendimento de demandas operacionais e ações estratégicas emergentes que precisavam de rápida interlocução junto às entidades de ATER.

No exercício das Chamadas Públicas e dos contratos estabelecidos, algumas perguntas precisam ser objeto de aprofundamento para aprimorar a política de ATER. As normas, contratos, disposições e orientações da ANATER e suas regras coordenam, controlam e regulam as iniciativas e entidades de ATER? Conduzem a uma ATER de qualidade? Facilitam a contratação? Possuem regras e procedimentos transparentes dos processos seletivos e posteriormente dos processos de execução por parte das entidades?

Essas são inquietações que merecem reflexões e não podem ser reduzidas ao simples exercício de aferição contratual e geração de diagnósticos, plataformas e sistemas tecnológicos. Embora esses instrumentos sejam fundamentais para a tomada de decisão, há que se considerar as análises qualitativas e os processos de aprendizagem que a política de ATER preconiza. O conjunto de processos voltados ao controle de atividades torna-se um fim, quando deveriam ser atividades meio na busca dos objetivos maiores do PDHC II e de suas dimensões.

Ponto importante nesse conjunto de questionamentos é a decisão de lotes e beneficiários que são alocados entre as entidades públicas e privadas de ATER. Quais critérios são manuseados para essas definições? Quais históricos são considerados? Há, sem sombra de dúvidas, entidades altamente qualificadas e outras que não demonstram condições de realizar as atividades. No entanto, há um custo de transação bastante elevado para o rompimento dos respectivos instrumentos e, conseqüentemente, inúmeros beneficiários ficariam pelo caminho, sem a devida assistência, seja por desistência da entidade, atraso nos repasses, trocas

de técnicos, deficiência na utilização de tecnologias e outras tantas variáveis que podem afetar o cumprimento das relações contratuais.

Os resultados do PDHC II em relação à diversificação produtiva e ao aumento de rendas agropecuárias são positivos, sobretudo na produção de aves e suínos. Na tentativa de avançar ainda mais, sugere-se que as famílias de agricultores sejam assessoradas para diversificar, a partir de outros arranjos produtivos, agrícolas e não agrícolas, sempre sob princípios da sustentabilidade, do uso racional de recursos escassos (como água), da transição para sistemas alimentares sustentáveis, do uso de energias renováveis, entre outros.

Nesse sentido, as ações de fomento produtivo devem estar acompanhadas de serviços contínuos de assistência técnica e extensão rural. Não basta assessorar a elaboração do projeto produtivo a ser financiado com os recursos do Fomento. Essa ação pode vir a desencadear outras atividades produtivas na propriedade, seja para mercado de produtos frescos ou minimamente processados, para melhorar a segurança alimentar da família ou para empreender outro tipo de atividade econômica, não necessariamente agropecuária.

Os serviços de ATER devem ser contextualizados, e os projetos produtivos devem revelar as características e potencialidades dos territórios rurais. Esses projetos podem ser pensados em termos de escala, por grupos de famílias beneficiadas em articulação com as características, os desafios e as potencialidades dos territórios e das famílias beneficiadas. Espera-se que os projetos produtivos, conforme regiões, territórios, famílias e tipos de beneficiários, sejam diferenciados.

Sugere-se desenhar e implementar um plano continuado de formação e atualização das equipes técnicas de ATER que tenha como princípio norteador o enfoque sistêmico para diagnosticar os problemas, identificar desafios e planejar as intervenções de forma que correspondam a cada contexto e diversos tipos de agriculturas familiares. Na mesma linha, a certificação das empresas prestadoras do serviço de ATER pode ser uma ação igualmente descentralizada e gerida por instâncias regionais conformadas por beneficiários de ATER, grupos de especialistas (universidades, investigadores de empresas de pesquisa) e agentes públicos, estabelecendo listas de entidades ou organizações aptas para prestar o serviço.

Estratégia de Focalização

Lições e ensinamentos se obtêm também a partir dos resultados do Projeto. Nesse sentido, já foram expostos os principais indicadores, mas é importante que seja feita uma reflexão sobre a focalização e as ações concomitantes de ATER junto aos beneficiários.

O PDHC se destacou por desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica Permanente, multidimensional, diferenciada, concebida como uma ação contínua e sistêmica, focada nas demandas, objetivos e áreas de resultado de interesse das famílias beneficiárias, possibilitando, dessa forma, o acesso a políticas e programas públicos dos agricultores familiares.

A experiência do Projeto Dom Helder Câmara demonstrou que é possível uma contribuição importante experimentando novas metodologias e alternativas de produção em menor escala, que podem se tornar referência para a formulação de políticas públicas.

No conjunto de beneficiários, o que o PDHC II evidenciou é que a focalização nas mulheres foi um acerto importante e que assegurar a elas o acesso às políticas e aos benefícios, como o FPR, precisa ser condição a ser mantida e ampliada no limite. Por sua vez, para garantir que os indicadores ligados aos jovens se concretizem, é fundamental que outras atividades sejam previstas no escopo da ação da ATER. Nesse sentido, a experiência dos Territórios de Aprendizagem foi capaz de mostrar que é preciso contemplar novas formas de envolvimento desse público para além das atividades agrícolas tradicionais.

Deve ser ressaltado que o PDHC conseguiu atingir a população mais vulnerável, cuja área média de suas unidades produtivas apresenta cerca de 4,6 ha, a área mediana é de 2 ha, cerca de 40% não possuem o título/posse da terra e cerca de 75% dos(as) chefes de família não têm o ensino fundamental completo ou mesmo nenhuma instrução. Em resumo, as famílias atendidas pelo PDHC podem ser assim caracterizadas: possuem entre dois e quatro integrantes (média de 3,4 pessoas por família), idades entre 30 e 59 anos (chefes e cônjuges com idade média de 46 e 44 anos, respectivamente) e a maior parte das famílias possui dois integrantes ativos na agropecuária, sendo que tais atividades são desenvolvidas pelo casal (cerca de 65% dos casos).

Externalidades

Outros aspectos que afetam o PDHC II, mesmo que fora do domínio dos envolvidos, e que resultam em menos eficiência da ATER é que seus instrumentos não garantem sinergias com outras iniciativas, fato que se explica em parte pelo conjunto acelerado de desmantelamento de políticas públicas ocorridas desde 2016, mas que acelerou-se no período 2018-2020. Diversas políticas foram descontinuadas ou “desidratadas” no período recente, tornando a atividade da ATER muito mais difícil.

Uma queixa recorrente de técnicos e responsáveis pelas entidades de ATER é que os beneficiários encontram-se carentes de outras tantas necessidades para além da assessoria e de projetos produtivos e fomento, quando disponíveis. Para eles, programas estruturantes ligados à água (cisternas e reúso de águas), à energia elétrica, ao acesso a mercados e a arranjos associativos fazem potencializar o efeito da ATER, mas ficaram pelo caminho para muitos beneficiários do PDHC II.

A assistência técnica e a extensão rural como política pública assume no PDHC II a máxima expressão de sua complexidade e abrangência. Requer coordenação intra e intergovernamental, diálogos federativos e cooperação com diferentes instituições e organizações para sua promoção, execução, monitoramento, fomento, fiscalização e avaliação.

Não é objetivo deste estudo fazer recomendações ou mesmo apontar erros e acertos, mas garantir que a memória do processo de implementação da fase II do PDHC fique registrada e permita que os interessados tenham acesso aos mais importantes passos envolvidos e a como esse conjunto de atividades alcançou os resultados expressos nos diferentes estudos aqui citados.

Assim, o PDHC II tinha como objetivo principal a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro. A primeira constatação é que o programa logrou êxito em atender famílias pobres ou extremamente pobres dessa região, levando assistência técnica e extensão rural - e, para uma fração deles, o fomento produtivo.

A avaliação de impacto demonstra que o PDHC II atingiu os objetivos pretendidos, gerando no grupo de beneficiários maiores rendas, produção agrícola, diversidade alimentar, acesso a políticas públicas e agrárias, maior inclusão em associações, além de também ter conseguido inserir as mulheres e parcialmente os jovens nas atividades produtivas, comerciais e comunitárias da família. Além disso, concluiu-se que o impacto do PDHC II foi ainda mais promissor dentro do grupo de beneficiários que receberam fomento produtivo.

Pode-se concluir pelo estudo de Avaliação de Impacto que a assistência técnica modificou para melhor a vida dos agricultores familiares do Semiárido brasileiro. Adicionalmente, quando ocorre a associação da ATER com o fomento produtivo, a melhora de vida é ainda mais significativa.

Por sua vez, as constatações das entrevistas e dos estudos qualitativos apontam que há espaço para melhorias e aprimoramento dos instrumentos entre as partes, sobretudo na relação UGP com a ANATER e desta com as entidades executoras dos contratos de ATER, avançando em processos coordenados e com ênfase maior nas dinâmicas locais. Nesse sentido, a adequação aos aspectos climáticos e às inovações inclusivas com processos agroecológicos são fundamentais para assegurar a sustentabilidade dos resultados.

Outras importantes contribuições remetem ao envolvimento de jovens com atividades não agrícolas, o empoderamento de mulheres, a coordenação de políticas e a ampliação de ações concomitantes para o fortalecimento de capacidades dos agentes de ATER, assegurando que os beneficiários e suas estratégias (de reprodução, geração de renda, ou sobrevivência) sejam valorizadas para além do simples caminho de inclusão produtiva ou do acesso aos mercados, revelando outras lógicas do desenvolvimento.



PROJETO
DOM HELDER
CÂMARA